

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE EXTENSÃO E CULTURA DA UNIVERSIDADE**
2 **FEDERAL DE SÃO PAULO (COEC), REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2017.** Aos treze dias do
3 mês de abril do ano de dois mil e dezessete, na cidade de São Paulo, sito à Rua Sena Madureira,nº
4 1500, no Anfiteatro do 4º andar da Reitoria da Unifesp, reuniram-se os senhores membros do
5 Conselho de Extensão e Cultura da UNIFESP - COEC, sob a presidência da Pró-Reitora de
6 Extensão e Cultura, Prof.^a Dr^a Florianita Coelho Braga Campos. Estiveram presentes:Raquel de
7 Aguiar Furuie, Maria Magda Ferreira gomes Baliero, Edvane Domenico Birelo, Sylvia Helena Souza
8 da Silva Batista, Mariana Chaves Aveiro, Katiucia Danielle dos Reis Zigiotto, Maria Elizete Kunkel,
9 Janes Jorge, Adriana Regina Braga, Sergio Stoco, Ligia Ajaimé Azzalis, Fabiana Rita Dessotti, Julio
10 César Zorzenon, Solange Guizilini, Isaias Glezer, Fabricio Gobetti Leonardi, Patrícia Grechi dos
11 Santos Barbosa. Justificaram: Luis Fernando Prado Telles, Gilberto dos Santos. Não Justificaram:
12 Emilia Inoue Sato, Gilmar Fernandes do Prado, Adagmar Andriolo. Convidados: Nicanor Rodrigues
13 Silva Pinto, Claudia Fegadolli, Raiane Patrícia Severino Assumpção, Izabel Patricia Meister, Adriano
14 Natalio Di Santo, Maria Tereza Migliano Lopes, Sonia Juvenal, Cicero Inacio da Silva, Claudia
15 Galindo Novoa Barsottini, Ana Laura Benevenuto Amorim, Raphael Antonio Dante Candio dos
16 Santos. A Pró-Reitora iniciou a sessão com os Informes: **1) Nova Gestão:** haverá Consu
17 Extraordinário no dia 19/04/2017 para realizar a Posse da Reitora e na ocasião será homologada a
18 indicação dos novos Pró-reitores da UNIFESP, bem como a apresentação dos participantes da nova
19 gestão. **2) 48ª Reunião do Forproex Sudeste** – Prof. Sérgio relatou que o evento aconteceu entre
20 os dias 05 a 07 abril de 2017, em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG,
21 neste evento três temas foram destacados: Curricularização, Trabalho em Rede e Tecnologia, mas
22 também discutiram sobre o Corredor Cultural que visa a circulação, valorização e apoio de atividades
23 culturais das 17 universidades participantes, sendo que, no ano passado o Corredor Cultural teve
24 grande sucesso e em grande parte isso se deve ao apoio financeiro vindo do Ministério da Cultura
25 para a realização destas atividades. Neste ano o Forproex quer efetuar uma nova rodada e necessita
26 que cada universidade se organize e envie propostas para realizar o Corredor Cultural, mesmo tendo
27 em vista a dificuldade de não saber se terá ou não o mesmo volume de recurso que no ano passado.
28 Relatou também que houve uma mesa de abertura para debater o cenário político atual e o papel da
29 extensão neste contexto, ao qual houve crítica as medidas do governo atual e frisaram que quanto
30 mais a universidade se vincular de forma dialógica com a comunidade mais apoio a extensão terá
31 para resistir a estas dificuldades que estão se apresentando no governo. Outro tema foi a
32 Curricularização, com troca de experiências entre as universidades, quando ficou muito claro a
33 necessidade de discutir e definir o conceito de extensão com a comunidade acadêmica, pois assim
34 as pessoas podem trabalhar melhor, depois foi abordado a classificação das atividades de extensão
35 e foi salientado que a “prestação de serviço” não é considerada atividade de extensão. Também
36 houve debate sobre a possibilidade de vincular as atividades de extensão com a progressão da
37 carreira e da necessidade de normatizar isto, buscando sempre a conscientização dos envolvidos
38 para que façam a revisão dos currículos, em seguida, relatou que no evento também houve
39 destaque e troca de experiências sobre como o trabalho em rede e como o uso de novas
40 tecnologias possibilitam novas perspectivas para a extensão e por fim, destacou que no Forproex
41 Nacional, que acontecerá em Porto Seguro, no mês de Maio/2018. **3) Novos servidores da PROEC:**
42 Profa. Florianita informou que a PROEC recebeu 2 servidores novos para compor a equipe - Daina
43 Silva e Raphael Santos. **4) Edital PROEXT** - o MEC não abriu o edital e até o momento não informou
44 a data que irá acontecer. Tendo verificado quórum a pró-reitora seguiu com o Expediente - 1)
45 Resolução sobre a Curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da
46 UNIFESP: Profa. Raiane informou a composição do atual grupo de trabalho que possui além dos
47 participantes da comissão (composta por 3 membros indicados pelo Conselho de Extensão e Cultura
48 e 3 membros indicados pelo Conselho de Graduação) conta com o apoio dos interlocutores que

49 foram indicados por cada Câmara de Extensão e Cultura. Em seguida relatou que para a
50 curricularização da extensão na matriz curricular dos cursos de graduação estão previstas 3 fases, :
51 o estudo de viabilidade, a implantação e o acompanhamento, em que os esforços destes grupos de
52 trabalho são para viabilizar o cumprimento da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, salientou
53 que na primeira fase foi feito um diagnóstico preliminar que demonstrou que a UNIFESP tem
54 condições de viabilizar a curricularização da extensão, sendo que, já houve a apresentação do
55 relatório do estudo de viabilidade da primeira comissão, no final do ano de 2015, tanto no COEC
56 quanto no CG. Com este estudo foi identificada a oportunidade para fortalecer a extensão e também
57 para que a universidade desenvolva e aprimore a formação de seus alunos por meio do ensino, a
58 pesquisa e a extensão. Destacou que, para o estudo, foi de grande importância o relatório e
59 experiências da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, sendo que lá o aluno recebe a
60 certificação e depois a reconhece no setor adequado. A comissão discutiu este ponto e entendeu que
61 na Unifesp isto seria uma problemática, pois o ideal é que já apareça no histórico do aluno, para
62 evitar o trabalho para o docente e para o aluno. Algumas unidades curriculares vão continuar da
63 mesma forma com cargas horárias teóricas e práticas, outras unidades curriculares serão híbridas
64 com uma parte da carga horária com atividades consideradas extensionistas, já outras unidades
65 curriculares podem, quase que integralmente, ser reconhecidas como de extensão. É de suma
66 importância caracterizar o que realmente possui uma natureza extensionista, sendo necessário
67 diferenciar principalmente do estágio ou mesmo da prestação de serviço que não são atividades de
68 extensão. A comissão tem feito um diálogo importante com os cursos de graduação e neste processo
69 é importante salientar que não pode mudar a carga horária total do curso, ou seja, o curso precisa
70 identificar o que pode ser reconhecido como extensão dentro da sua carga horária e a partir daí fazer
71 os ajustes. Na fase atual, a comissão está trabalhando junto com os interlocutores para realizar a
72 implementação da curricularização, desde abril de 2016. Destacou também que já se reuniram com a
73 equipe da Pasta Verde e também com a equipe do SIEX para estudar a forma de operacionalizar o
74 registro destas cargas horárias de extensão no histórico do aluno. Na proposta que está sendo
75 construída, para computar esta carga horária é necessário registrar que a unidade curricular está
76 atrelada a um projeto ou programa de extensão. Frisou o importante papel das CAEC's na avaliação
77 dos projetos e programas sociais. Citou também a conversa com a CPPD, em que foi constatado que
78 o professor precisa de no mínimo realizar 8 horas de ensino, ou seja, é contado como carga horária,
79 já para a extensão o registro desta informação é qualitativo, ou seja, o professor faz ou não faz
80 extensão, inclusive para incentivar ao docente a realizar extensão com os alunos dele. A comissão
81 está verificando como viabilizar o registro também para os docentes, incluírem na progressão da
82 carreira. A partir dos itens apresentados a comissão construiu a proposta de Resolução para
83 normatizar sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação da UNIFESP, ao qual
84 ficará à disposição para consulta pública e sendo aprovada na próxima reunião do COEC e do CG,
85 poderemos dar um passo importante para implementação deste processo na universidade, reiterou
86 também que se a resolução for aprovada até setembro de 2017, os cursos que desejarem já poderão
87 iniciar esta mudança no primeiro semestre de 2018. O prazo para que todos os cursos se adequem e
88 cumpram a meta 12.7 do PNE é 2024, então todos os cursos de graduação da universidade
89 possuem um prazo para se adequar e aprimorar a curricularização da extensão. Por fim, salientou
90 que a comissão atual encerrará as atividades em setembro/2017 e, sendo assim, o COEC e o CG
91 terão que indicar outra comissão para realizar a terceira fase de acompanhamento da
92 curricularização. Katiucia questionou sobre o papel e a relação dos TAE's no processo da
93 curricularização. Profa. Raiane esclareceu que o professor da UC necessariamente tem que ser
94 membro da equipe do projeto ou programa de extensão, não necessariamente ser coordenador do
95 projeto ou programa, já o técnico também pode fazer parte do projeto ou programa, inclusive pode
96 coordená-lo. Katiucia questionou sobre como fica o registro da carga horária caso o aluno que

97 realizar uma atividade de extensão em um projeto ou programa que não esteja vinculado com
98 alguma unidade curricular. Profa. Ligia esclareceu que neste caso a carga horária deste aluno
99 poderá ser computada como Atividade Complementar. Profa. Edvane alertou que não é bom que
100 todos os projetos ou programas tenham vinculação com as UC's pois pode fragilizar a identidade e
101 o objetivo deles, assim como, tendo em vista a dinâmica dos projetos e programas, é importante que
102 se avalie periodicamente e sistematicamente se os projetos e programas vinculados às UC's
103 continuam atendendo os requisitos e demandas da matriz curricular no processo de formação do
104 aluno, por fim, destacou que para os cursos mais antigos esta proposta da curricularização da
105 extensão pode ser uma problemática e por este motivo é importante o envolvimento da Pró-Reitoria
106 de Graduação no processo de constituição da matriz curricular. Profa. Raiane frisou que, a PROPG
107 já está envolvida e, tendo em vista estas situações, a comissão se preocupou em elaborar a
108 resolução para normatizar e institucionalizar este processo. Prof. Sérgio esclareceu que a proposta é
109 a curricularização da extensão e não extensionalização do currículo, disse também que cada UC
110 possui uma ementa, sendo que, a forma de realizar a ementa que é flexível, ou seja, temos que
111 estimular que cada curso, mesmo os mais antigos, repense e entenda que incorporar a extensão, ou
112 seja, considerar que a sociedade é parte do currículo. Outro ponto é todo o exercício de adaptação
113 durante o processo de implementação e as possíveis dificuldades de compatibilizar as informações
114 do SIU com as informações da Pasta Verde. Katiucia e Profa. Elizete salientaram sobre a pequena
115 quantidade de projetos e programas no Campus São José dos Campos e as possíveis dificuldades
116 de atender os alunos que ingressam no Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT). Profa.
117 Florianita salientou que cada curso vai ter uma dificuldade e que não tem uma forma igual para
118 resolver, para cada situação os coordenadores do curso e a CAEC precisam debruçar e verificar as
119 possibilidades. Profa. Raiane esclareceu que a comissão já está em conversa com a interlocutora do
120 Campus São José dos Campos e também da Escola Paulista de Enfermagem, e que, caso seja
121 necessário, as CAEC's podem acionar a comissão para visitá-los e ajudar a pensar numa solução.
122 Os conselheiros debateram sobre a importância do envolvimento da Câmara de Graduação e da Pró-
123 Reitoria de Graduação que serão responsáveis diretos nestas mudanças na matriz curricular, desta
124 forma, destacaram a importância da Câmara de Extensão e Cultura se reunir com a Câmara de
125 Graduação para alinhar estes processos. Profa. Magda relatou a preocupação quanto aos prazos
126 propostos pela comissão, pois o processo para mudança do currículo possui etapas e necessita ser
127 aprovado em várias instâncias, levando cerca de 6 meses para completar, nesse sentido, o prazo
128 proposto para começar em agosto não fica viável. Profa. Raiane esclareceu que a Karin, membro da
129 Comissão indicada pelo CG, trabalha diretamente com os projetos pedagógicos, sendo assim a
130 comissão com a experiência dela possui um parâmetro e por isso justificou a proposta deste prazo.
131 Prof. Julio frisou que este tema estará presente na reunião do CG na próxima semana, sendo assim,
132 só precisamos acompanhar os desdobramentos. **Expediente 2) Eventos e Cursos Curtos de**
133 **Extensão** Profa. Florianita informou que foi realizada uma reunião com as CAECs para
134 esclarecimentos. Salientou que as câmaras precisam verificar os prazos, pois, por exemplo, quando
135 um curso é gratuito a aprovação é mais rápida, porém quando é pago a demora é maior, isto deve-se
136 a planilha e análise de seus detalhamentos, é uma etapa que demanda tempo. Uma sugestão da
137 Profa. Elizete foi publicar no site da PROEC as perguntas mais frequentes. Profa. Florianita disse
138 que a partir do letramento já existem algumas questões respondidas, então, pode pensar em mais
139 questões e publicar. Os conselheiros debateram sobre os proponentes que possuem pendências,
140 pode estabelecer um limite para que a pessoa não prossiga no cadastramento enquanto não resolvê-
141 las, o SIEX foi ajustado mas sempre que for necessário podemos propor ajustes para melhorá-lo e
142 também sobre a abertura das vagas para a comunidade, para a envolver e oportunizar a
143 participação. Discutiram também sobre a função do chefe do departamento na aprovação das ações
144 e acompanhamento da carga horária de trabalho dos docentes. Profa. Adriana contou sobre a

145 dificuldade de saber quanto uma ação foi reprovada, que as pessoas perguntam na CAEC e ela não
146 tem esta informação, e que pediu para conversar junto ao COEC pois na CAEC Guarulhos teve o
147 questionamento de um grupo de docentes ao qual a PROEC cobrou um documento que nunca foi
148 cobrado antes. Katiucia alertou sobre a aprovação da planilha, precisa ocorrer de uma vez, para
149 evitar constrangimentos, pois houve caso dos proponentes entrarem em contato para resolver coisa
150 que já tinha sido aprovada na planilha. Profa. Florianita esclareceu sobre as mudanças na planilha
151 que tem ocorrido de forma dinâmica e que devemos nos adaptar tanto na PROEC, como também,
152 repassá-las para as CAECs. Prof. Nicanor frisou que para curso ou evento pago, a PROEC precisa
153 de no mínimo 45 dias, temos que alinhar para evitar ruídos maiores e que todos estamos
154 aprendendo a usar planilha. Profa. Florianita esclareceu que em alguns eventos externos, salvo
155 algumas situações, necessita do termo de parceria ou termo de cessão de espaço. Profa. Sylvia
156 também salientou a necessidade de verificar e manter o diálogo. Em caso de dificuldade, identificar
157 junto com os colegas, localizar as atividades e como elas têm sido reconhecidas. No caso das
158 planilhas, explicou que a Procuradoria está apontando, por exemplo, a necessidade de fazer o
159 chamamento público, então temos que manter o diálogo. Prof. Isaias indagou sobre o relacionamento
160 com a FAP. Profa. Florianita esclareceu que tanto a PROEC como a FAP estão se adequando aos
161 apontamentos dos órgãos reguladores e que este item pode vir numa próxima reunião do COEC e
162 inclusive pode convidar a FAP para participar. A Pró-Reitora deu início à **Ordem do dia : Pauta - 1)**
163 **Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 193/2014 (Processo nº 23089.000969/2014-**
164 **67) TED do Projeto da UAB** - Profa. Izabel apresentou a proposta para realizar a prorrogação do
165 prazo do TED, lembrou que o projeto da UAB é realizado em conjunto com a CAPES, teve início
166 em 2014 com a UNIFESP e já esteve no COEC no fim do ano passado. Explicou que este pedido de
167 prorrogação do prazo surgiu pois no início houve um planejamento para um determinado quantitativo
168 de pessoas para compor a equipe que dá apoio pedagógico a este projeto, ao qual seriam
169 selecionadas via edital, mas o coordenador optou por não chamar o quantitativo total proposto
170 anteriormente, desta forma, no momento existe uma sobra de recurso financeiro que possibilita
171 continuar com a atual equipe trabalhando até meados de 2017. Esclareceu que refez o processo com
172 o pedido de prorrogação do prazo e esta proposta já foi aprovada pela CAPES e o gerenciamento
173 será feito via FAP, em seguida justificou que o *ad referendum* foi necessário para não deixar que o
174 processo vencesse e tivesse desmantelamento da equipe, ou seja, para evitar a necessidade de
175 realizar novo edital, pois o prazo era exíguo e não havia uma data definida para acontecer a reunião
176 do COEC, esclareceu também que esta extensão de prazo permite que a equipe continue apoiando
177 o Projeto UAB até meados de 2017 e que seja realizado um novo edital para os novos cursos,
178 considerando que ainda existe este saldo e que não haverá prejuízo para a organização dos cursos.
179 A Pró-Reitora colocou em votação e o conselho aprovou por unanimidade. **Pauta 2) Aprovação do**
180 **plano de trabalho e contratação da FAP UNIFESP para o gerenciamento da execução**
181 **financeira do Projeto Centro Colaborador em alimentação e Nutrição Escolar -**
182 **CECANE/UNIFESP a partir de abril/2017:** Profa. Florianita apresentou Ana Laura, representante do
183 CECANE que apresentou a proposta do CECANE ao conselho. Ana Laura explicou que o CECANE
184 fechou desde março de 2016, devido ao conturbado momento do *impeachment* houve
185 descontinuidade do repasse de recursos para o projeto, sendo assim, o CECANE retornará
186 as atividades em 2017. Fez um breve histórico sobre o projeto que foi criado em 2006 como uma
187 parceria do governo federal com 05 universidades federais no Brasil, atualmente já existem 17 em
188 todo o território nacional, com o intuito de apoiar os municípios no Programa Nacional de
189 Alimentação Escolar. O CECANE está no Campus Baixada Santista por ser de lá o curso de
190 Nutrição. Ao longo destes 10 anos o CECANE capacitou cerca de 6 mil profissionais, prestou
191 assessoria para 350 municípios e envolveu mais de 40 alunos de graduação com atividades de
192 estágio e extensão além de alunos de pós-graduação que fazem coleta de dados para pesquisas. O

193 objeto deste novo planejamento envolve a assessoria a cerca de 40 municípios, a realização do
194 encontro estadual sobre alimentação escolar e o apoio ao FNDE sobre segurança alimentar e
195 nutricional. O recurso é de aproximadamente 520 mil reais e com duração de 09 meses. Profa.
196 Sylvia parabenizou o projeto, citou que ele surgiu praticamente junto com o campus Baixada Santista
197 e que o projeto obteve uma vitória, pois a partir de agora, após o escândalo da fraude na merenda
198 escolar no estado de São Paulo, vai atender as escolas estaduais além das escolas municipais.
199 Profa. Florianita esclareceu que o gerenciamento do recurso é feito via FAP. Prof. Sérgio questionou
200 como é feito o diálogo com as prefeituras e conselho gestor. Ana informou que o FNDE que
201 seleciona e repassa ao CECANE os nomes dos municípios para realizar as ações e está prevista o
202 diálogo com o município, com equipe de licitação bem como o conselho, e também é dada a
203 devolutiva sobre de tudo o que foi encontrado naquele município para eles e em conjunto é pactuado
204 um plano de ação com prazo determinado, após isso o monitoramento é feito à distância ou o FNDE
205 solicita que faça nova visita. A Pró-Reitora colocou a proposta em votação e o conselho aprovou por
206 unanimidade. **Pauta 3) Aprovação da prorrogação do prazo e reformulação do plano de**
207 **trabalho do TED nº 145/2014 para aquisição de equipamentos e material permanente para o**
208 **Projeto Telessaúde** – Prof. Cícero relatou que o TED 145/2017 faz parte do Projeto do Telessaúde
209 que tem um outro TED mas este é para implantação do núcleo do Telessaúde somente para
210 adquirir equipamentos, esclareceu que houve um descompasso do repasse do recurso, cerca de 88
211 mil reais, o planejamento inicial ocorreu em 2013, no entanto, o valor dólar subiu drasticamente e os
212 valores dos equipamentos também subiram, considerando isto, conseguiram usar somente 60 mil
213 reais e em 2016 pediram para reprogramar o prazo por mais um anos e, devido ao aumento do
214 preço dos equipamentos, houve a reformulação do plano de trabalho para usar o valor restante (28
215 mil reais) para comprar estes materiais. A Pró-Reitora esclareceu que o projeto já teve seu plano de
216 trabalho aprovado pelo COEC em 2016, mas como o recurso foi devolvido ao Ministério da Saúde e
217 agora retornou para a universidade existe a necessidade de ser aprovado novamente pelo COEC
218 devido a reprogramação, em seguida a Pró-Reitora colocou a proposta em votação e o conselho
219 aprovou por unanimidade. **Pauta 4) Aprovação da prorrogação do prazo de encerramento do**
220 **TED nº 38/2014 junto ao Fundo Nacional de Saúde- Secretaria Especial de Saúde Indígena/**
221 **SESAI - até 31/12/2017** – profa. Florianita explicou que o processo foi aberto em 2014, no valor de 2
222 milhões de reais, porém deste total, a UNIFESP recebeu somente 1 milhão no final de 2015 e isto
223 acarretou o início do projeto já com atraso, novamente ocorreu o descompasso do repasse do
224 recurso, acarretando inclusive a interrupção do curso por falta de recurso para pagar os tutores. O
225 restante (1 milhão de reais) só foi liberado recentemente e por isso foi solicitado o aditivo de prazo a
226 Pró-Reitora colocou a proposta em votação e o conselho aprovou por unanimidade. **Pauta 5)**
227 **Aprovação da realização do TED junto ao Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde para**
228 **apoio ao Programa Mais Médicos/ Una-SUS no Valor de R\$ 3.866.000,00** - Profa. Florianita
229 esclareceu que o novo TED visa a oferta de mais cursos e que o Programa Mais Médicos não foi
230 encerrado, embora exista municípios que não estão conseguindo cumprir o acordo de moradia para
231 o médico, disse também que o prazo previsto do programa é até 2020. Frisou que a cada novo grupo
232 de médicos que chegam para o programa é necessário aplicar o curso, isto para fins trabalhistas e
233 também para comprovar o convênio, sendo que, é o ministério que determina como será executado o
234 recurso, ou seja, se terá um ou mais cursos bem como o público alvo. O valor previsto para o TED é
235 de R\$ 3.866.000,00 e será gerenciado via FAP. Deste recurso a maior parte é direcionada para o
236 pagamento de tutores, coordenação de tutores e revisão de plataformas. A Pró-Reitora colocou em
237 votação a aprovação da execução do TED junto ao Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde
238 para apoio ao Programa Mais Médicos/ Una-SUS no Valor de R\$ 3.866.000,00 e a contratação da
239 FAP para o gerenciamento do recurso e o conselho aprovou por unanimidade. **Pauta 6) Proposta de**
240 **alteração no Regimento dos cursos de especialização e aperfeiçoamento Lato Sensu (item 5**

241 **do artigo 14)** - Profa. Florianita relatou que pela primeira vez os Cursos *Lato Sensu* da UNIFESP
242 terão contratos com a FAP, então a proposta de alteração no item 5 do artigo 14, para o seguinte
243 texto “Relação do corpo docente responsável do curso em que, no mínimo, 50% (cinquenta por
244 cento) deverá ser servidor da UNIFESP”, sendo que esta proposta visa flexibilizar e oportunizar a
245 oferta de cursos com colaboradores externos. Profa. Mariana relatou sobre a atual dificuldade de
246 inserir o nome de pessoas externas no sistema da universidade. Profa. Sylvia disse ser favorável à
247 esta flexibilização, mas é importante que o corpo docente responsável seja 100% de servidores da
248 UNIFESP. Os conselheiros debateram sobre a responsabilidade da universidade sobre os cursos
249 ofertados bem como os prós e os contras da flexibilização da redação do item 5 do artigo 14. Um
250 aspecto favorável é a possibilidade de incluir à equipe dos cursos *Lato Sensu* profissionais externos
251 com grande experiência e inclusive em áreas de conhecimento que a UNIFESP ainda não tenha
252 abordado, por outro lado, salientaram sobre a necessidade de ter a coordenação pertencente ao rol
253 de servidores da universidade, mas que ainda sim existe o risco de ocorrer um curso com
254 coordenação da UNIFESP porém com corpo docente predominantemente externo. Profa. Adriana
255 questionou sobre em que sentido o texto poderia inviabilizar a oferta de um curso em conjunto com
256 outra universidade. Profa. Florianita resumiu o entendimento dos conselheiros que o curso é de
257 responsabilidade da UNIFESP, portanto dos seus docentes que compõem a coordenação do curso.
258 Fabricio disse sobre a nova proposta de redação pode gerar um entendimento, onde, desde que a
259 coordenação seja de docentes da UNIFESP, os demais docentes do curso podem ser de outra
260 instituição, sendo assim, propôs que se inclua ao texto que será necessário ter no mínimo 50% de
261 docentes da UNIFESP, pois temos que garantir a responsabilidade institucional da universidade
262 embora tenha o caso dos professores visitantes. Profa. Sylvia complementou que também existem os
263 doutorandos que são colaboradores nas especializações. Profa. Edvane destacou que existe a
264 dificuldade de obter as assinaturas do certificado e histórico, que temos que priorizar o atendimento
265 dos alunos, sendo assim prefere que os docentes sejam servidores da UNIFESP, alertou também
266 sobre os concorrentes e a necessidade de garantir a qualidade dos nossos cursos. Profa. Sylvia
267 sugeriu que a coordenação da disciplina/eixo seja feita por um servidor da UNIFESP, sendo da
268 responsabilidade dele a organização das aulas com professor convidado, afiliado, ou mesmo aluno
269 de doutorado ou pós-doutorado. Prof. Janes - disse que não está preparado para votar, que acha
270 importante discutir 2 questões: sobre o responsável pelo curso e a necessidade desse responsável
271 ter vínculo com a UNIFESP, também sobre a coordenação. Fabricio notificou sobre os cursos
272 na modalidade à distância, em que os tutores são contratados via edital sendo necessário cuidado
273 nesta questão sobre corpo docente, pois pode inviabilizar a oferta destes cursos. Profa. Florianita
274 disse que por regimento o coordenador do curso e dos módulos ou disciplinas obrigatoriamente
275 devem ser servidores da UNIFESP. Prof. Julio destacou que o curso vai carregar o nome da
276 universidade então a coordenação tem que ser realizada por um docente da UNIFESP, pensando ao
277 longo prazo devido a responsabilidade institucional, sendo assim, basta definir o percentual de
278 servidores que compõem o corpo docente e a coordenação ser toda da UNIFESP. Prof. Isaías
279 sugeriu que se utilize o mesmo critério da FAP, $\frac{2}{3}$ de toda equipe ser da universidade. Profa. Adriana
280 solicitou que este tema volte, pois precisa discutir no campus e desta forma possa verificar se a
281 alteração visa melhorar para o público e o bem comum, ou, para beneficiar especificamente algumas
282 pessoas. Profa. Claudia salientou que atualmente não basta ser servidor para coordenar os cursos,
283 precisa ser docente do quadro permanente e que está satisfeita com a atual redação que diz que o
284 corpo docente deve ter o mínimo de 50% de servidores. Profa. Florianita informou que para fazer o
285 contrato dos cursos pagos, o regimento foi visto com mais rigor e foi identificado que existem cursos
286 que não atingem os 50% de servidores, sendo que, são cursos antigos e de relevância para a
287 sociedade. Esclareceu que o CONSU designou um grupo de trabalho para discutir a implantação da
288 Resolução 131 do CONSU. Para avançar nos contratos destacou a necessidade de definir se iremos

289 flexibilizar a redação ou não, ou seja, não dá para aguardar a próxima reunião do COEC. Profa.
290 Sylvia complementou que todos os cursos *Lato Sensu* bem como o projeto pedagógico de cada um
291 deles, passam pelas aprovações de várias instâncias; departamentos, unidades universitárias e
292 câmaras de extensão e cultura, ou seja, temos mecanismos vigentes que cuidam da qualidade,
293 então, uma sugestão, é incluir no texto que se um curso não atingir o mínimo de 50% que justifique o
294 motivo. A Pró-Reitora colocou em votação se o conselho deseja votar sobre a alteração do texto ou
295 adiar a discussão obtendo e 3 votos para adiar, 9 votos para prosseguir a homologação e uma
296 abstenção. O conselho debateu a reformulação do texto e optaram que no artigo 14- item 5 será
297 acrescentado que caso o curso não atingir 50% de servidores da UNIFESP no corpo docente deverá
298 apresentar a justificativa ao COEC e a proposta foi aprovada pela ampla maioria com apenas 2
299 abstenções. Pauta 7) Minuta de Portaria para regulamentar a criação e organização das Empresas
300 Juniores - Prof. Sérgio contou brevemente sobre o trabalho do NIT para a elaboração da Minuta de
301 Portaria para regulamentar a criação e organização das Empresas Juniores (EJ) destacou algumas
302 questões que envolvem as EJ e esta proposta de portaria 1) a EJ é uma associação civil, e sendo
303 assim, nela existe a própria contradição. 2) as atividades das EJ são de natureza vinculada ao
304 ensino, porém a proposta é vincular as EJ à PROEC por causa da Lei 13.267, de 06 de abril de
305 2016. 3) as condições e dificuldades da PROEC e CAECs realizarem o acompanhamento das EJ.
306 Profa. Florianita relatou que teve um seminário que tratou das EJ em que foram apresentadas as
307 experiências da USP, Universidade Federal de São Carlos e Unicamp. Na UNIFESP já temos 05
308 campi com EJ e está difícil para qualquer setor assumir e por conta da legislação estão propondo
309 que a PROEC assuma. Katiucia expôs a preocupação em relação ao impacto que pode gerar nas
310 CAEC's. Profa. Sylvia salientou que a lei obriga a UNIFESP reconhecer as atividades das EJ e disse
311 que a experiência no Instituto do Mar do Campus Baixada Santista é interessante, o diálogo tem sido
312 um processo agregador, porém frisou que o acompanhamento das EJ não pertence apenas à
313 extensão, desta forma a universidade e cada campus, precisa construir um local híbrido, que envolva
314 a PROEC, PROGRAD e a PROPGPq, sendo que o NIT representa a PROPGPq. Prof. Sergio
315 acrescentou sobre os limites de atuação, tanto para as EJ e os alunos que nela atuam, como
316 também, para os docentes que fazem apoio a elas. Profa. Magda ponderou sobre como a
317 universidade pode regular algo que é gerido por alunos e o cuidado para não tirar o mérito deles e da
318 EJ. Profa. Claudia frisou a necessidade do envolvimento da graduação pois é bastante
319 preocupante se as EJ ficarem somente com a extensão a atividade deles podem ser entendidas
320 como prestação de serviços, ou seja, isto é um risco pois prestação de serviço não entra como
321 atividade de extensão. Prof. Nicanor sugeriu que se crie uma agenda de discussão sobre as EJ.
322 Prof. Júlio tem experiência no Campus Osasco e realmente as atividades das EJ podem ser
323 caracterizadas como prestação de serviços, desta forma, que tem que ter um grupo de trabalho.
324 Profa. Florianita esclareceu que já existe um grupo de trabalho instituído pela reitoria e neste
325 momento já está em processo de finalização, desta forma, sugeriu que o COEC escolha 3 pessoas
326 para elaborar uma resposta, até a próxima semana, considerando a discussão realizada nesta
327 reunião. Para elaborar a resposta com o posicionamento do COEC foram escolhidos Prof. Sergio,
328 Prof. Julio e Profa. Sylvia. Não havendo mais tempo hábil a Pró-Reitora encerrou a sessão.